

OMC - a Arquitetura do Fundamentalismo de Mercado

O "fim da História", idéia proclamada por Fukujama na década de 90 e jogada ao vento como a mais nova teoria para explicar os tempos modernos, talvez possa ser atualmente analisada como a expressão mais acabada da essência do fundamentalismo.

Faz algum tempo, com a queda do Muro de Berlim, caíam todos os fantasmas da "luta de classes" que tinham agitado o mundo por tantos anos e que permitiram manter o equilíbrio de poderes na chamada "Guerra Fria".

Com este santo e senha se consagra a reedição do liberalismo político e econômico que vem sendo deflagrado desde que Margaret Thatcher assume o governo na Inglaterra e Ronald Regan nos EEUU.

A utopia do mercado ganha força de "pensamento único". Num mundo cada vez mais globalizado, o mercado vai se consolidar como aquela abstração que realizará a melhor alocação de recursos, como o *locus* onde a oferta e a demanda irão encontrando os caminhos para suprir as necessidades humanas.

Ao mesmo tempo, isto cria o imaginário de um mundo sem necessidade de regras, onde as forças ocultas desse mercado irão em busca da estabilidade e onde o Estado - com suas até então cada vez mais presentes regulamentações- incomoda, ele deve se retirar do setor produtivo da economia, e vai ganhar assim seu novo papel "mínimo".

Neste cenário, as regulamentações de todo tipo se fazem inoportunas por tanto não só os estados nacionais devem encontrar um novo tipo, senão também o sistema de Nações Unidas com sua ambição multilateralista vai ter, de fato, modificado seu escopo e seu poder de atuação.

Os países que na década de 80 tinham sido estimulados a tomar créditos ampliando seu endividamento, se encontraram em 89 com o modelo pronto e organizado pelo Consenso de Washington, para dar rumo à expansão do capital na América Latina. Assim a década de 90 viu a implementação de todas as medidas e propostas ditadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais, que obedeciam aos novos padrões de acumulação internacional. Essa diminuição do papel do Estado veio junto com o ajuste estrutural das contas públicas, a flexibilização das leis trabalhistas, as privatizações, os cortes nas políticas sociais que inclusive já vinham contando com a utilização do trabalho não remunerado das mulheres para ampliar a eficiência dos serviços públicos, especialmente de saúde e educação públicas (você lembram quando foi a última vez que ouviram falar em implementação e ampliação da oferta de creches??). Em fim, o longo receituário do FMI e do BM.

Porém mais um ingrediente foi acrescentado ao longo da década passada, o último e mais novo tempero a ser incluído na oferta de propostas de políticas macroeconômicas para o desenvolvimento: o "livre" comércio.

Sabemos que os povos sempre comerciaram. Grande parte do seu desenvolvimento se deveu ou foi impulsionado pelo intercâmbio entre as nações, evidentemente isto não seria

nenhuma novidade... Porém a oferta da liberalização das regras do comércio internacional, aparece agora como determinante para o desenvolvimento, uma vez que os países centrais, que se desenvolveram justamente protegendo seus sistemas produtivos, estão em condições competitivas. Isto é uma novidade...

A Organização Mundial do Comercio - OMC , se faz assim necessária e ela é finalmente criada em 1994 durante a Conferência de Marrakech, ao termo das demoradas e complexas negociações da Rodada Uruguai.

O surgimento da OMC vem coroar o processo de montagem da arquitetura mundial da nova ordem internacional , que tinha sido delineado no fim da Segunda Guerra Mundial com a criação do FMI, o BM e as Nações Unidas , todas instituições surgidas do processo de Bretton Woods.

É interessante lembrar que uma das idéias mais importantes naquele momento era também a de promover uma organização no âmbito das relações comerciais. Assim como tinham sido criadas as entidades financeiras (FMI e BIRF), achava-se igualmente necessário promover uma agência especializada para o comércio mundial. Se inicialmente a proposta partiu dos EEUU , eles mesmos impediram sua implementação , devido a uma série de motivos , entre eles um dos mais importantes foi o receio norte-americano de que um organismo internacional pudesse impedir sua plena liberdade na área do comercio. De outro lado também contribui o fato que em 1948 , quando foi finalizada a Carta de resultado das negociações, já tinha-se quebrado a harmonia entre os antigos aliados da Segunda Guerra Mundial e a "Guerra Fria" estava começando a impor seus desígnios.

De este modo, um total de 23 países assinaram o GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comercio - (segundo suas siglas em inglês), que não era uma instituição no marco das Nações Unidas e sim um acordo inter-governamental, para a regulamentação das relações comerciais entre seus signatários e que permaneceu realizando sucessivas Conferencias Alfandegárias que tomaram o nome de Rodadas , sendo celebradas oito delas na totalidade de vida do GATT.

Assim, chegamos ao recente surgimento da OMC ao termo da última das rodadas negociadoras (Rodada Uruguai) e, podemos agora, falar de uma instituição que vem tendo não somente um papel fundamental nas relações internacionais mas também um *status* diferenciado no sistema das Nações Unidas, de onde advém, justamente, sua caracterização e papel preponderante.

Podemos disser que a OMC vem se transformando e representando a expressão do fundamentalismo do mercado globalizado no âmbito da governança mundial.

Trata-se da organização mundial com maior poder de abrangência (formada por 144 países aderentes) e de implementação já que possui diversos mecanismos de sanção ou retaliação para aqueles países que não cumprirem os acordos alcançados no seu âmbito. A diferença do que acontece com outras instituições internacionais que permitem a livre adesão aos acordos e tratados , na OMC os países se comprometem ao cumprimento dos acordos no momento de assinarem seu ingresso, ou seja ela tem força normativa.

De outro lado, a OMC tem um enorme impacto sobre a vida econômica dos países participantes e sua presença toma cada dia maiores proporções. Suas regras já incidem sobre diversos aspectos do desenvolvimento econômico das nações e ao mesmo tempo continua ampliando seu escopo de atuação e os temas sobre os quais exercerá influência. Assim, aos poucos, vem incorporado os serviços, os direitos de patentes, os investimentos, além da agricultura. Porém não para por aí, e continua avançando; novos temas pretendem ser incorporados às negociações de maneira a serem incluídos nos acordos da Vª Reunião Ministerial, a ser realizada em setembro de 2003 em Cancún, México. Em fim, trata-se de ocupar um espaço todo-poderoso que cobriria, inclusive, os chamados temas não comerciais, tais como compras governamentais, investimentos e políticas de competição.

Paralelamente, no interior da organização se multiplicam as formas de driblar o princípio de cada país um voto, que rege a convivência dos membros da instituição, para um sistema em que o voto seria proporcional ao "poder comercial" de cada um. Tudo isto aliado à falta de transparência, as diversas formas de pressão exercida sobre os países periféricos, à existência da chamada "sala verde" para tomada de decisões fora do plenário geral das conferências e, recentemente, à realização de mini – ministeriais com acesso restrito a uns poucos países convidados, formam um leque de mecanismos que vem comprometendo seriamente um sistema de governo minimamente democrático na OMC.

Os impactos sobre a vida e o cotidiano de homens e mulheres, pouco tem sido debatidos, parte-se do suposto que o crescimento significará quase que automaticamente o desenvolvimento dos países pobres. Porém já conhecemos diversos efeitos dos acordos de "livre" comércio em vigor.

Evidentemente o que está em jogo é a necessidade das corporações transnacionais de não só produzir globalmente mas também de estender o consumo de seus produtos e serviços comercializados em escala planetária.

Os movimentos sociais globais se encontram hoje diante da tarefa de enfrentar a agenda que a OMC prepara para 2003. Outro Seattle se aproxima, o cenário será a belíssima ilha de Cancún.

Deter a OMC, impedir a inclusão dos novos temas, impedir sua onnipresença sobre a vida das nações e dos povos, denunciar seu caráter de "constituição mundial" que pretende ultrapassar os temas comerciais e se tornar a instituição para o exercício da hegemonia e do poder das corporações no mercado neoliberal global. Estas são as diretrizes colocadas em marcha por diversos movimentos da sociedade civil do mundo inteiro para 2003.

O fundamentalismo traz em si a idéia da intolerância, do exercício do poder sem limite, da hegemonia imposta... A OMC está cada vez mais longe do caminho do multilateralismo, necessário para negociar regras claras e equânimes, para se tornar o rosto do fundamentalismo de mercado na arquitetura da governabilidade mundial.